

Depois da Inflação

De depois que a poeira da inflação se assentar, permitindo ao brasileiro descortinar um horizonte que vai além do *overnight* e que já permite melhor programação do orçamento familiar, a vida institucional do país terá de mudar radicalmente. É preciso, desde já, exercitar a imaginação da classe empresarial e dos políticos para os dias futuros.

A guerra de preços travada entre a indústria e o comércio, pela definição das novas regras de venda a prazo, é o primeiro sintoma dos novos tempos. Espicado pelo consumidor — que vem pesquisando preços e recusando o que está caro, numa prova do que passou sente o valor do real — o comércio resiste às imposições da indústria.

A indústria brasileira, não exposta abertamente à concorrência do produto importado, ainda geograficamente longe do consumidor, apesar da distância em preço ter sido encurtada pela baixa das alíquotas de importação, preferiu fugir da guerra de preços usando a tática dos tempos de fechamento econômico: a paralisação da produção, mediante a concessão de férias coletivas, para não ter de fazer estoques.

É por isso que o Banco Central está se valendo dos juros altos para forçar os contendores a se apresentarem no centro do ringue, ao alcance do consumidor. Juros altos mantêm os investidores interessados em papéis, evitando a perigosa conversão das aplicações em consumo.

Com os consumidores cautelosos, que, sem a desvalorização diária do dinheiro, só compram o indispensável, e esperam a queda do que subiu na véspera do real, como já ocorre, quem estiver com estoques altos deve pensar duas vezes antes da queda-de-braço com o Banco Central. Além do risco de encalhe, pode-se perder oportunidade única de transformar estoques em ativos financeiros altamente remunerados.

Natural nos processos de redução brusca da infla-

ção, sob um cenário sem a indexação, a luta de preços traz preocupações sobre as consequências de um embate demorado. Estará o país em condições de suportar o desemprego temporário, como está sendo ensaiado pela indústria?

O cenário político pode acirrar manifestações contrárias ao plano econômico, que, até o momento, encanta a maioria absoluta da população, há muito soterrada sob os efeitos devastadores da inflação. O empenho em evitar que a inflação não ressuscite se justifica pelo retrospecto de recidivas do seu processo. Daí, pode-se, inclusive, verificar, em meio ao tratamento, que a dose foi exagerada.

O governo dispõe de vários instrumentos para reativar a economia, se for preciso. A redução do IPMF, por exemplo, já está prevista. A redução de impostos vinculada ao aumento da produção e do emprego, como nos acordos da indústria automobilística e de autopeças, também pode recuperar a receita pelo aumento do número de contribuintes.

A médio prazo, toda a estrutura tributária do país precisará passar por uma reforma para a adaptação aos novos tempos de uma economia de mercado sem os ganhos artificiais da inflação e da ciranda financeira, portanto, dependente dos lucros que vêm da economia de escala, do aumento da produção, do emprego e da produtividade da mão-de-obra.

Pode ser ainda cedo para trabalhar nesses cenários, mas os empresários que não acreditaram nas mudanças estruturais, produzidas pela abertura da economia, perderam tempo e posição. A hora é de se antecipar ao novo cenário, e o desafio maior é dos setores que ganhavam fácil e farto com a inflação, como o grande comércio varejista e os bancos. Sobre tudo os bancos estatais federais e estaduais, que precisam cortar custos e investir em informática se quiserem sobreviver num mercado onde o consumidor irá, cada vez mais, premiar a eficiência.